

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## A CONFIGURAÇÃO SOCIAL ATENIENSE NO SÉCULO IV A.C. E O JOGO POLÍTICO NO EXERCÍCIO DA TRIERARCHIA

Prof. Dr. Alair Figueiredo Duarte – PPGH/UERJ – CEHAM/UERJ<sup>1</sup>

### Resumo

A *trierarchia* tratava-se de uma alta magistratura da polis dos atenienses, a qual permitia a manutenção da frota e comando sobre embarcações de guerra. O seu exercício envolvia efetiva atuação política, pois tratava-se ao mesmo tempo de um dever e um mérito acessível a poucos. Portanto, exigia dos seus agentes sociais, ritos que legitimassem seu comando sobre a tripulação. Toda essa relação antro-po-política se fazia notar através da capacidade de gerenciar as crises políticas e isso, ficava patente no modo de convencer a tripulação dos *trieres* atenienses a cooperarem entre si e agirem na manutenção da política marítima da polis. Nessa atmosfera torna-se possível perceber a existência de uma hierarquia socializada e tais especificidades, podem ser sistematicamente analisadas dentro de um conjunto de conceitos exercitados pelo sociólogo Norbert Elias na obra, *A Profissão naval*, dentre eles: teias de interdependência, jogo e configuração social. Percebemos que tais elementos ganhavam materialidade na formação e atuação política que envolvia as instituições e os agentes sociais buscando definir quem são os que devem controlar o sistema político políade. A movimentação política entre os membros do corpo comunitário ateniense fazia parte de um jogo, que se configurava através de um sistema de interdependência complexo, nos permitindo pensar os grupos sociais atenienses de maneira relacional à era Moderna e Contemporânea. Tais fatores, nos permitem analisar os *usos do passado* no modo de fazer e articular a política entre os vetores sociais.

**Palavra Chave:** *Trierarchia – NeoTrierarcha – Configuração Social*

---

Em 405 a.C., Atenas é derrotada na batalha naval de Egospótamos pela frota espartana, a qual havia sido aparelhada com recursos fornecido pelos persas e estava sob comando de Lisandro (XENOFONTES. *Helên.* II, 20-32). O combate entre atenienses e espartanos, ocorreu na costa da Ásia Menor e estrangulou a possibilidade de atenienses reagirem as ameaças diretas ao seu centro gravitacional de *poder marítimo*, o Pireu (MOSSÉ, 1989, p. 23). A problemática envolvida nos eventos que levaram ao fim da Guerra do Peloponeso, ocasionando a defecção de Atenas em 404 a.C., traz luz a reflexão sobre a *configuração social* ateniense em relação a sua política marítima no século IV e

---

<sup>1</sup> Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ e Professor no Curso de Especialização em História Antiga e Medieval da UERJ.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

torna ainda mais evidente a importância da sua comunidade *nautocrática*<sup>2</sup> para contribuir com a manutenção da liberdade políade e a especialização das atividades do *trierarcha*, o comandante de uma embarcação de guerra da classe *trieres*.

A *configuração social* trata-se de uma das reflexões do sociólogo alemão Norbert Elias que nos permite compreender as relações que as pessoas estabelecem umas com as outras dentro de um sistema comunitário (ELIAS, *apud.* GARRIGOU e LACROIX, 2001, p. 78). A partir dessa prerrogativa, identificamos que o cenário político-social ateniense ao início do século IV a.C. encontrava-se atrelado aos eventos que ocorreram na última década do século V a.C.

Ao ser derrotada por Esparta em 404 a.C., Atenas teve por imposição derrubar sua muralha, símbolo de seu poder defensivo e de sua identidade, pois as muralhas além das funções de defesa, serviam também para definir aqueles que integram um determinado agrupamento social, se diferenciando dos demais (GARLAN, 1999: 321-340). No caso ateniense, as muralhas serviam para identificar aqueles que não integravam ou pertenciam ao centro emanador de *poder marítimo* no Mar Egeu.

Além das muralhas, os espartanos também exigiram a desmobilização de quase a totalidade da frota ateniense, símbolo de sua liberdade (MOSSÉ, 1989, p. 16). A esquadra ateniense ficou reduzida a um número simbólico e servia mais, para disfarçar sua total submissão, ou condição de servidão, aos vitoriosos na guerra, como era o costume no qual, o vencido pertencia ao vencedor (GARLAN, 1991, 72). A permissão de manutenção de alguns barcos simbolizando a manutenção de uma marinha, sedia aparência de benevolência por parte dos espartanos em conceder autonomia ao grande rival. Perspectiva equivocada, capaz de convencer somente crédulos e incautos. A derrubar as muralhas atenienses e desmobilizar sua marinha, Esparta visava efetivar um golpe eficaz sobre qualquer espírito de resistência dos seus inimigos, sufocaria qualquer insurgência as intervenções que os espartanos visavam incutir sobre a administração da polis derrotada.

---

<sup>2</sup> Interesses cívicos voltados às questões marítimas, sem que necessariamente esteja focado na manutenção de uma esquadra de guerra, configurando-se como uma força marítima que se respalda no poder de marinheiros (DUARTE, 2017, p. 85).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A Guerra do Peloponeso durou 27 anos, pouco mais de um quarto de século, e diante da sua derrota Atenas que outrora havia sido uma pólis pujante e riquíssima, detentora de diversas colônias e *emporias* no Mar Egeu, capazes de garantir recursos as camadas menos abastadas do seu tecido social, teve de enfrentar dificuldades estremadas na esfera econômica, política e social. Além de ter sua condição de liberdade afetada, a polis dos atenienses teve instituída na sua administração política, uma junta oligarca com interesses pró Esparta para governa-la e que ficou conhecida como *os Trinta*.

O regime oligárquico do *Trinta* instituiu medidas duras na gestão política ateniense, dentre elas: a redução do direito de participação de muitos cidadãos no processo de tomada de decisões, prisões a adversários políticos, ônus econômico que se fez pesar com maior rigidez sobre as camadas sociais atenienses mais frágeis. No entanto, a crise financeira, oriunda da derrota ateniense, não recaiu apenas sobre seus cidadãos com maior vulnerabilidade econômica. O caos nas finanças, afetou até mesmo cidadãos abastados que eram com maior frequência vítimas do sistema jurídico ateniense.

Segundo Claude Mossé, havia pressões para que juízes condenassem uma das partes envolvidas nos litígios jurídicos, objetivando que o confisco de bens pudesse cobrir as despesas do processo e assegurar que os magistrados responsáveis pelo acompanhamento do processo, recebessem o pagamento por parte do governo políade (MOSSÉ, 1989, p. 31). A parcialidade que tomava o ambiente jurídico ateniense era bastante conveniente ao governo da polis e a muitos oportunistas que começaram a se utilizar do sistema para conseguir recursos se utilizando das acusações para extorquir pessoas abastadas. O sistema jurídico ateniense presava que a comprovação de inocência coubesse ao acusado e dependendo do veredito, havia casos que não comportavam apelação. Embora, a acusação pudesse retornar ao acusador, caso o réu provasse que a acusação era infundada, ninguém queria ver-se envolvido e um imbróglio jurídico e tendo de gastar altas somas a um especialista em oratória que pudesse defende-lo com maior eficácia (CARTILEDGE, 2009, p. 236).

Toda essa *configuração social* deixava pairar uma atmosfera de medo entre os cidadãos de Atenas. Ao pobre, trazia a insegurança de não conseguir os recursos mínimos para sua subsistência e, aos ricos, sofrerem acusações em processos sem precedentes,

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sendo julgados parcialmente. Portanto, após a derrota na Guerra do Peloponeso Atenas viu-se envolvida em um cenário caótico que não poderia ser reduzido a ótica econômica e política, mas, de modo mais amplo, havia o temor entre os cidadãos de não recuperarem sua liberdade e permanecerem agrilhoados aos interesses espartanos. As medidas espartanas para controlar Atenas após a vitória na Guerra do Peloponeso, propiciou a configuração de um *jogo*<sup>3</sup> de cooperação entre setores das elites atenienses e o *demos*. A ação de articulação política entre grupos distintos com interesse comuns que integravam comunidade ateniense, foi vital para que a pólis pudesse reagir ao domínio espartano e retomar o estatuto de comunidade livre, *eulethéria*.

A palavra *demos* se refere a totalidade do corpo de cidadãos, mas serve principalmente, para definir a massa que não integra as elites comunitárias, tais como os ricos e bem-nascidos (OBER. 1989, p. 11). A existência de desigualdades econômicas criava considerável tensão entre os grupos sociais em Atenas. O *demos* precisava dos ricos, pois a perda do *arké* fragilizou a manutenção do sistema democrático, afinal o que assegurava os menos providos de recursos a deixarem sua jornada de trabalho para participarem das votações nas assembleias e tribunais, era a tributação do excedente de riqueza dos mais abastados. Os ricos, por sua vez, sabiam que o governo políade estava sem dinheiro; com isso, esperavam ter - e de fato tinham - permissão para reduzir a aplicação de recursos na esfera social, buscaram reter seus gastos nas questões de interesse público caso não tivessem algum tipo de compensação (OBER. 1989, p. 259). No entanto, os ricos que quisessem obter sucesso na atuação política, também se tornavam dependentes dos pobres dentro do sistema democrático.

Dentro do processo de movimentação política em Atenas, era recorrente que elites buscassem apoio das massas para atingirem seus objetivos políticos e para isso, negociavam cessões de direito e participações no processo de tomada de decisões

---

<sup>3</sup> O conceito de jogo em Norbert Elias é um dos passos para compreendermos o que o sociólogo define como *configuração social*. o *jogo*, segundo Norbert Elias, não busca apontar um o conjunto de regras entre os vetores sociais envolvidos, pois ação dos grupos não pode ser definido por elas. O *jogo* trata-se de um dinamismo na qual as relações sociais estão envolvidas. O movimento da vida social é o *jogo*, trata-se de como os indivíduos isolados ou em grupo reagem aos estímulos políticos e sociais que os eventos proporcionam, não há como os vetores sociais e indivíduos fugirem do *jogo*. Ver Norbert Elias, 1999, p. 141-142.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(DUARTE, p. 295-296). A concepção de soberania nas sentenças emitidas pelas assembleias populares é um exemplo do resultado das negociações entre massa e elite.

Em Atenas o governo dos *Trinta* perdurou por alguns meses e nesse curto espaço temporal, houve grande resistência das elites pró democracia que buscou apoiar a massa de cidadãos, que não admitiam ter reduzida sua participação política. O sistema oligárquico dos *Trinta* havia articulado para restringir o acesso à cidadania plena a apenas três mil membros do corpo cívico, inclusive, disferiu perseguição a qualquer um que se opusesse as determinações do regime. Muitos oradores, que se mostravam defensores do sistema democrático foram presos, outros foram obrigados a se exilarem fora de Atenas ou, por medida mais extrema, eram condenados à morte (MOSSÉ, 1989, p. 44).

A propósito das resistências ao regime político dos *oligois*, destacamos Trasíbulo. Esse proeminente cidadão atuou de modo efetivo na resistência em se destituir a democracia em Atenas. Por duas vezes, 411 e 404 a.C., Trasíbulo foi uma peça importante no *jogo social* em Atenas. Em 411 a.C., o proeminente cidadão, se uniu aos marinheiros e articulou a derruba do poder oligárquico apoiando Alcebíades como *stratego* e com isso, permitiu a manutenção da democracia na pólis. Na movimentação dos interesses pró Esparta em 404 a.C., Trasíbulo teria reunido homens em armas e ocupou a zona portuária do Pireu dividindo a Cidade-Estado, entre “*homens da cidade*” e “*homens do Pireu*”. A ação deu cabo ao regime dos *Trinta*, que perseguidos pelo *demos* se refugiaram na região de Eleusis. Sem opções, membro do *regime dos Trinta* viram-se obrigados a negociar sua anistia. Desse modo, com ativa participação do *demos*, foi restituído mais uma vez o regime democrático em Atenas (MOSSÉ, 1989, p. 45).

A deposição do *regime dos Trinta*, a partir da zona portuária do Pireu, destaca a importância que a *thalassa* ocupava na política ateniense, sobretudo, demonstra como a *memória marítima* já havia se instalado no seio da comunitário e como ela adentrava no *jogo político* entre os tecidos sociais atenienses, se materializando nas magistraturas políades, a exemplo das atribuições que cabiam a *trierarchia*.

A *trierarchia* irá se estabelecer em Atenas a partir do decreto de Temístocles (PLUTARCO. *Temist.*, 10), que obrigava cada cidadão em idade de pegar em armas a embarcar nos *trieres* e defender o território políade a partir da plataforma marítima. A

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sistema envolvia o financiamento, construção e comissionamento da tripulação para compor uma embarcação do tipo *trieres* e nesse processo a magistratura – embora não tivesse essa prerrogativa nas suas finalidades cívicas - proporcionava um alívio nos gastos públicos por parte do governo políade.

Como nos apontam pesquisas efetuadas por Brooks Kaiser, as motivações para se adotar o sistema da *trierachia* em conformidade com contexto social de produção ateniense nesse período, baseiam-se em incentivos altruístas ou não econômicos, particularmente o conceito de *areté*, entendida como virtude, uma forma complexa de honra. No entanto, as investigações sobre o processo de adoção da magistratura, se estendem a propósito do financiamento de bens públicos no contexto da articulação política, para manutenção da democracia ateniense. Nesse propósito, a relação envolvendo economia e política não podem ser vistos como elementos díspares (KAISER, 2007, p. 02). Vemos que há toda uma relação que envolve prestígio e potencialidade de meios pecuniários para o exercício da *trierarchia*, tais interesses eram comuns ao universo de *aristhos* e *oligois* em Atenas inseridos nos discursos que tangenciam o que eles compreendiam como *areté*.

O sentido de *areté*, vinculado ao universo dos *andres agathoi*<sup>4</sup>, remonta questões de memória que unem o indivíduo a sua origem e o ambiente no qual seus ancestrais sangraram suas batalhas, provendo segurança através de uma pátria aos seus descendentes. A *trierarchia* ao ser inserida no universo políade ateniense, permitia a manutenção de uma pretensa *areté* herdada dos ancestrais, ao mesmo tempo motivava a dedicação às atividades *nautocráticas* aos que não eram componentes do universo *andres agathoi*. A magistratura atendia a projetos marítimos, fossem por questões de *areté* ou interesses econômicos mercantis. Compreendemos que sem discursos voltados à *memória marítima ateniense*, seria pouco provável obter eficácia aos interesses de reunir os

---

<sup>4</sup> Termo utilizado pela pesquisadora Maria Regina Candido em seu projeto de Pró-Ciência intitulado, Medeia Narrativa Mítica que traz a conectividade marítima e o processo de migração entre a região bárbara de Colchida / Mar Negro e Civilidade Atenas / Mar Egeu no período Clássico, 2017; para definir sua rede de conectividades aristocráticas em relações de *xênia sagrada*.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

corações e mentes do corpo comunitário ateniense em prol da *thatalassa*, tornando-o um fator de *koynonia*<sup>5</sup>.

A propósito da *memória marítima ateniense*, o historiador Tucídides ao documentar *A história da Guerra do Peloponeso*, já ao início de suas dissertações, faz um processo mnemônico a propósito da importância marítima para a hegemonia política no âmbito do Mar Egeu, destacando a proeminência de Creta (TUCIDIDES, I: 13-15). O discurso de Tucídides mostrou-se pertinente aos interesses da política ateniense no Mar Egeu durante o século V a.C., período no qual a pólis havia assumido a liderança de uma coalizão marítima em 478 a.C.

Posteriormente, Atenas expande sua projeção marítima sobre a costa da Ásia Menor sob o comando de Cimon, na década de 60 no século V a.C., em cujas medidas nos levam a aprender serem um importante passo para que persas reconhecessem a soberania ateniense sobre os territórios ocupados na região da Ásia Menor, através do tratado *Paz de Calias*, acordado em 449 a.C. Ao firmar esse tratado com os persas, Atenas tornava-se líder incontestado sobre a territorialidade marítima do Mar Egeu e seus feitos marítimos, tanto quanto sua relação com *thalassa*, deveriam ser constantemente reavivados, sedimentando o *velho tempo da memória* na pólis dos atenienses. Dentro das significações ou conceito de Jacques Le Goff para definir o *velho tempo da memória*, percebemos que a *thalassa* tornou-se fator de unidade política atravessando toda a história ateniense e permitia projetar o seu futuro (Le GOFF, 1990, p. 9).

Entre as poleis marítimas, o *velho tempo da memória* exaltavam feitos que relacionam a ação dos *andres agathoi* com a *thalassa* de modo recorrente. O discurso inserido na *Argonautika* de Apolônio de Rodes, segue o estilo das epopeias homéricas e serve para compreendermos o *velho tempo da memória marítima ateniense* através de discursos muito evidentes (RODES, 1996: *passim*). A *thalassa* figura como elemento desencadeador do discurso e sedimenta as identidades unindo o passado ao presente, visionando o futuro através dos feitos considerados heroicos e já realizados. Os feitos

---

<sup>5</sup> Vivência em prol de um elemento comum, a exemplo da origem de ancestralidade étnica. Em prol de elementos tão caro aos gregos, muitas poleis e Cidades-Estados firmavam alianças de cooperação, incluindo as alianças militares (*symmachia*).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

marítimos atenienses tornavam-se objeto de motivação perante as dificuldades vividas no presente e projetava em seus cidadãos, um futuro idealizado. No poema, Apolônio de Rodes declama a importância dos feitos heroicos marítimos sob a inspiração das divindades: “*Quanto ao navio, os cantores do passado já celebram que Argos o construiu sob as instruções de Atená*” (RODAS, Apol. I:20). O discurso tras à memória dos helenos que sua relação com a *thalassa* é um legado que os deuses lhes ofertaram e não mera acaso ou escolha.

Muito embora o poema *Argonautica* tenha sido escrito no século III a.C. e fosse um discurso com produção fora do território Ático, nos serve para refletir a construção dos discursos. As narrativas que legitimam o poder *thalassocrático* ateniense no século V a.C., não se tratava de um mera descrição ou registro de fatos vividos durante o século V ou IV a.C., assim como a *configuração social* que possibilitou sua ascensão como líder na *Segunda Liga* ao início do século IV a.C, não foi uma consequência à revelia do seu passado marítimo. Se nos propomos a analisar todo esse cenário a partir dos preceitos e tradições marítimas, identificaremos como a *memória coletiva* atuou sobre os vetores sociais (LE GOFF, 1990, p. 22).

A propósito formação da *segunda Liga ateniense* e ascensão da pólis de Atenas como líder dessa coalizão, vemos que elas se iniciaram diante da eclosão da *Guerra de Corinto* em 395 a.C., e que perdurou até 387 a.C. através do tratado *Paz do Rei*. A *Guerra de Corinto* havia colocado de um lado Esparta e de outro, a coalizão formada por Corinto, Argos, Atenas e Tebas.

No primeiro estágio do conflito as poleis aliadas contra Esparta detinham o apoio dos Persas que visam manter controle sobre a expansão da influência espartana na Zona Oeste do Mar Egeu. Contudo, a partir da recuperação marítima ateniense que vinha reaparelhando sua frota e reconstruindo suas muralhas, os persas atuaram como moderadores pró-Esparta e impuseram o tratado de paz entre os beligerantes (XENOFONTE. *Hel.* 5, 1). A pacificação do conflito cessava a influência militar espartana sobre seus opositores, mas exigia medidas que afetavam os projetos atenienses de recuperação da sua *thalassocracia*. Atenas deveria desistir de reerguer suas muralhas e de reaparelhar sua frota, atenienses reagiram.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Com o apoio de Lemnos, Ibrios e Eschiros; Atenas garante o abastecimento de grãos através de rotas marítimas protegida por sua frota e reinicia a reconstrução das suas muralhas. Opondo-se à ação e poder dos *oligois* pró-Esparta, defensores da democracia ateniense conseguem garantir através da assembleia popular o retorno de muitos democratas exilados. Atenas também contraria o pedido de extraditar para Esparta, tebanos que estavam refugiados na polis como afirma as inscrições, *IG II<sup>2</sup> 33* e *IG II<sup>2</sup> 37*. A partir desses fatos e com apoio de cidadãos influentes de diversos territórios que circundavam o Mar Egeu, Atenas formou uma aliança defensiva com: Quíos, Tebas, Bizancio, Metina, Mitilene, Rodes, Cálcidia e cidades da ilha da Eubeia em 377 a.C. A aliança que se envolveram com a polis de Atenas, consolidou a coalisão que ficou conhecida como *Segunda Liga Ateniense* e consta no *Decreto de Aristóteles* descrito na inscrição *IG II<sup>2</sup> 40*.

Diante da *Segunda Liga Ateniense*, magistraturas como a *trierarchia*, retomaram a antiga expressividade e prestígio na polis. Ser eleito *trierarcha* era uma honraria importante para a carreira política de um cidadão das elites atenienses. A magistratura dava *status* social e poder ao proeminente cidadão, em razão de Atenas ser uma pólis marítima. Deter comando sobre a esquadra o destacaria no *jogo* político.

No século IV muitos *trierachas* não eram meros amadores ricos, sem qualquer especialização em assuntos navais. Segundo David Leopold, o discurso historiográfico superestimou as capacidades e atribuições do *kybernetes* a bordo de um *trieres*, minimizando o protagonismo do *trierarcha* e atribuir ao piloto, toda a expertise no comando náutico (LEOPOLD, 1994, p. 16). Para o pesquisador, o tratamento dos *kybernetes* exigem uma releitura. A prática de contratar *trierarchas adjuntos* por meio de soldo pago, *misthos*, foram seriamente deturpadas pelos escritores modernos (LEOPOLD, 1994, p. 16). Desse modo, vemos que muitos *oligois* que emergiram através das atividades marítimas, começaram a ocupar a *trierarchia* não apenas pelo prestígio da linhagem familiar ou pela extensão da soma de suas riquezas, mas por conjuntamente a isso e, não menos relevante, considerarem a expertise adquirida exercendo o *comando naval* e no convívio tarimbado, junto a marinheiros experientes.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A expertise do *comando naval*, entendido como especialidade em combate marítimo, não é algo a ser desprezado quando se refere à defesa de soberania ou interesses próprio das políticas marítimas. Tucídides no século V a.C. já mencionava sobre as vantagens em deter uma força *thalassocrática* e ser capaz de vetar o uso do mar aos inimigos e adversários, vejamos: “*podemos chegar rapidamente em qualquer ponto; em confronto, todavia, com homens cujas cidades são muito distantes e são, mais que todos, experimentados em atividades marítimas e melhor equipados sob todos os aspectos*” (Tucídides, I: 80). Na era Moderna também veremos situações análogas no que tange aos fatores de priorizar a expertise a propósito do comando, tanto quanto do *poder marítimo e naval*<sup>6</sup>.

Norbert Elias ao analisar a *Gênese da profissão naval na marinha britânica* torna-se um referencial para os historiadores navais. O sociólogo, identificava a existência de disputas envolvendo dois grupos sociais na sociedade inglesa entre os séculos XVI e XVIII (ALMEIDA, 2011, p. 4-5). De um lado estavam os *gentlemen*, membros da nobreza e da aristocracia com suas virtudes própria: *honra, berço e fina educação*; de outro, membros das classes mais baixas como *comerciantes e artesãos que primavam pela praticidade, pouco refinamento e baixa educação formal*. Da rivalidade entre os dois grupos teria surgido a institucionalização da profissão naval na marinha inglesa (ALMEIDA, 2011, p. 4-5). Pontos comuns, serão identificados na política marítima adotada, pois para que os objetivos inerentes aos interesses de Estado fossem atingidos, independentemente da temporalidade abordada, as sociedades tiveram que se adaptarem

---

<sup>6</sup> Um dos primeiros a buscar uma definição para o conceito de *Poder Marítimo* foi Alfred Tayer Mahan. O Historiador entre 1879 e 1914, escreveu dezenas de livros sobre História e Estratégia navais sendo que: “*The Influence of Sea: Power upon History 1660-1783*”, de 1890, foi o mais significativo. Nele Mahan passou a discutir os seis elementos que afetavam esse Poder Marítimo que seriam a posição geográfica, a conformação física, a extensão territorial, o tamanho da população, o caráter nacional e o tipo de política governamental. As guerras ocorridas no mar entre 1660 e 1783 serviram para confirmar suas proposições em todo o decorrer do livro. Outras obras de Mahan se seguiram: “*The Influence of Sea Power upon the French Revolution and Empire*” de 1892 e “*Naval Strategy compared and contrasted with the principles and practice of military operations on land*” de 1911. Nessas obras o autor norte-americano procurou demonstrar mais uma vez a pertinência de suas conclusões. Outros livros de Mahan tiveram importância, podendo ser mencionados: “*Retrospect and Prospect*” de 1902 e “*Naval Administration and Warfare*” de 1908. Sua concepção está assentada em conceitos muito bem definidos no seu primeiro livro de 1890. Definiu que o Poder Marítimo seria integrado por dois elementos de natureza distinta, os interesses marítimos e o Poder Naval. Os primeiros congregavam valores econômicos e sociais e, o segundo, valores políticos e militares. (ALMEIDA, F. E. Alves de. 2008, p. 5-6)

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a nova ordem. Em Atenas, na Antiguidade Clássica, muitos *oligois* foram eleitos para assumir a *trierarchia*, magistratura de alto prestígio, antes ambiente político exclusivo dos *aristhos*. São vistos como *neo-trierarchas* por serem oriundos de nichos sociais emergente e deterem o diferencial entre seus atributos, de deterem a expertise da *nautai-techné*. Tal condição, somente viria ser adquirida pelo marinheiro através das limitações que o ambiente marítimo lhe obrigava, a exemplo do convívio em longas jornadas nos espaços limitados das suas embarcações e enfrentamento das adversidades em conjunto pelas *galeras*<sup>7</sup>. Na era Moderna, segundo Norbert Elias, a especialização do corpo de oficiais na Marinha inglesa resultou da interdependência intensa entre membros da nobreza e grupos de oficiais emergentes dos nichos populares que conviviam navegando juntos. (ELIAS, 2007: 20)

O fenômeno social envolvendo comunidades marítimas, tem demonstrado a potencialidade em aproximar grupos sociais distintos, possibilitando o aprimoramento dos meios dos serviços que os indivíduos poderem servir a governos e Estados. Uma peculiaridade presente na Antiguidade, assim como Modernidade e que servem para analisarmos temporalidade contemporânea. Ainda no século XX, as análises de Norbert Elias demonstram que oficiais da marinha britânica, se consideravam ou pelo menos gostariam de ser considerados *gentlemen* (ALMEIDA, 2011, p. 5). Esses são vestígios de ciclos sociais ou *usos do passado* que analogamente se encontravam presentes na *configuração social* da sociedade ateniense no século IV a.C. e, que contribuíram de modo sistemático para a especialização das ações ou atribuições da *trierarchia* nesse período.

## DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves. *O Poder Marítimo segundo a concepção de Sir Herbert William Richmond (1871-1946): uma análise comparada com Alfred Thayer Mahan*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2008.

---

<sup>7</sup> Tripulação de um barco dotado de remos e velas

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

\_\_\_\_\_. *Jovens Nelsons: a formação da oficialidade naval britânica no século XVIII*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

CARTLEDGE, Paul. (Org.). *História da ilustrada da Grécia Antiga*. Tradução de Laura Alves e Aurélio Rabello – 2 ed. – São Paulo: Ediouro, 2009.

DUARTE, Alair Figueiredo. *Comparando fronteiras Terrestres e Fronteiras Marítimas: a Participação Política e Social dos Thetes na polis ateniense do século V a.C.* Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Rio de Janeiro, 2017.

Elias, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Edições 70, 1999.

\_\_\_\_\_. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução: Pedro Sússekind; prefácio, Roger Chartier. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. *The Genesis of the Naval Profession*. University College Dublin Press: Dublin, 2007.

GARRIGOU, Alain e Lacroix, Bernard. *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo, Perspectiva, 2001.

GARLAN, Yvon. *Fortifications et histoire grecque*. In: *Problèmes de La Guerre em Grèce ancienne*. Paris: Ed. École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1999.

\_\_\_\_\_. *Guerra e economia na Grécia Antiga*. Tradução de Cláudio Cesar Santoro. Campinas: SP, Editora Papyrus, 1991.

KAISER, Brooks. *The Athenian Trierarchy: Mechanism Design for the Private Provision of Public Goods* The Journal of Economic History · June 2007, Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/4855869> Acesso: 05/06/2014.

LEOPOLD, David. *The trierarchy and Athenian civic identity*. Silverman. Berkeley: University of California, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1989.

OBER, Josiah. *Mass and Elite in Democratic Athens: Rhetoric, ideology, and the Power of the people*. Princeton University Press, 1989.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas: Theseo, Rômulo, Licurgo, Numa, Sólon, Púbicula, Temístocles, Camilo Péricles, Fábio Máximo*. São Paulo: 1ª Vol. Editora PAUMAPE S.A, 1991.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

RODAS, Apolônio. *Agonáuticas*. Introducción, traducción y notas de Mariano Valverde Sanchez. Madrid: Editorial Gredos, S.A., 1996.

THUCYDIDES. *History of the Peloponnesian War*. Translated by Rex Warner, with an Introduction and Notes by Moses I. Finley. New York: Penguin Grup, 1972.

XENOFONTES. *Helênicas*. Introcccion, traducción e notas de Orlando Guntoñas Tunian. Madrid, Editorial Gredos AS, 1994.